

Os agentes não humanos na construção da paisagem da Cidade-Parque: História da arborização de Brasília (1960-1980)

*Non-human agents in the construction of the City-Park: History of Brasília's
urban arborization (1960-1970)*

Marina Salgado Pinto*

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

José Luiz de Andrade Franco**

Universidade de Brasília
Brasília, Distrito Federal, Brasil

Recebido em: 15 set. 2020.

Aprovado em: 12 nov. 2020.



* Doutoranda em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em História Social pela Universidade de Brasília; graduada em História pelo Centro Universitário de Brasília. E-mail: salgadp.marina@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3637-8668>

 <http://lattes.cnpq.br/6123215488729226>

** Professor Associado da Universidade de Brasília, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História e Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável. Doutor, Mestre e graduado em História pela Universidade de Brasília. E-mail: jldafranco@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6772-6234>

 <http://lattes.cnpq.br/0168114829646424>

Resumo

O presente artigo explora a influência exercida pelo meio ambiente nos rumos da história de Brasília, a partir de desdobramentos das atividades de arborização da capital federal. A investigação buscou reunir narrativas de periódicos locais, os jornais *Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília*, acerca do processo de arborização cujos responsáveis eram os funcionários do Departamento de Parques e Jardins, ou DPJ, que atuavam no ambiente local a partir de uma visão utilitarista da natureza e tentativas de controle absoluto. Diante das dificuldades para concluir as atividades de verdejamento da nova capital, o Cerrado, era constantemente apontado pela mídia e pelo DPJ como o verdadeiro obstáculo que deveria ser combatido e modificado por mãos humanas. Após a primeira década desde o início do processo de arborização, houve um evento de desequilíbrio ecológico, na década de 1970, de grandes proporções e com repercussões sociais, políticas e ambientais. As mudanças efetuadas posteriormente nas técnicas de arborização de Brasília romperam, de certa maneira, com o que fora feito desde o ano de inauguração e buscava integrar de forma mais harmoniosa o ecossistema da natureza urbana. Portanto, é possível concluir que as árvores, e outros elementos não humanos atuaram, ao lado de seres humanos, como agentes, em um sentido específico, na construção da história de Brasília.

Palavras-chave: História Ambiental Urbana. Arborização Urbana. Agência Não Humana. História Regional do Distrito Federal. Brasília.

Abstract

The present article aims to examine the influence of nature over the history of Brasília, more specifically, through the analysis of the Brasília's arborization process as it was registered by two local periodicals: *Correio Braziliense* and *Jornal de Brasília*. The activities of greening the new capital were a responsibility of the Department of Parks and Gardens, known by *DPJ*, and their daily attempts were registered by the newspapers in mediatic narratives that also brought ideological propositions about the local biome, the *Cerrado* (Brazilian savannah). Despite all the argumentation that tried to justify the fallibility of the attempts, many of them blaming on nature for the unsucess, the decade 1970s saw an imbalance on the ecosystem, it was an event of huge proportions within social, political and natural repercussions. That event led to a changing on the arborization methods that had been used by the *DPJ*'s employees since the previous decade, 1960s. Those changes are an example of how trees, among others non-humans elements, are a source of influence in the human experience and, therefore, could be understood as a specific type of historical agency.

Keywords: Urban Environmental History. Urban Arborization. Non-human Agency. Regional History of Federal District, Brazil. Brasília.

Introdução

Construída durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, Brasília, a terceira capital federal brasileira, foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Não estava completamente terminada quando JK, acompanhado de sua comitiva e de inúmeros convidados, cortou a faixa que simbolizava a gênese da nova cidade-capital. Entre os convidados, estava um grupo heterogêneo formado pelos candangos, apelido dado aos operários cujos incalculáveis esforços tornaram possível, em pouco mais de três anos de construção, inaugurar a nova capital.¹ A cerimônia também contou com integrantes de variados grupos da classe média do país e convidados estrangeiros, entre eles o Ministro da Cultura francês André Malraux que ficara intrigado o porte monumental da obra, levada a cabo de tal maneira que só seria possível em um regime autoritário e não em uma democracia.² A posse de Juscelino Kubitschek foi garantida pelo contragolpe manejado pelo general Henrique Teixeira Lott, o Movimento de 11 de Novembro de 1955, após a ameaça de golpe orquestrada pela UDN de Carlos Lacerda.³ Após o período Vargas (1930-1945), em meio a um cenário de instabilidade política, a jovem democracia brasileira balançava.

O desenvolvimento da imprensa brasileira acompanha a transição da própria sociedade para a consolidação de um capitalismo monopolista, atravessado pelo imperialismo, e era latente a interferência estrangeira na imprensa brasileira, sobretudo no que dizia respeito a medidas referentes ao petróleo nacional. Isso ocorre de maneira tal que, em 1957, foi levado ao Congresso Nacional uma proposta para investigar interferências estrangeiras. A investigação foi conduzida por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que comprovou a orientação de parte da imprensa brasileira por interesses de companhias estrangeiras.⁴

Neste período, o movimento pela liberdade de imprensa acusava o Estado de atuar como o grande agente de censura dos periódicos, um posicionamento liberal que oculta interesses da burguesia em ascensão. Ao mesmo tempo, ao abandonar um modelo artesanal, a imprensa tornava-se uma empresa com demanda de investimentos cada vez mais altos. Como consequência, houve significativo aumento de publicidade nas páginas dos periódicos, principalmente a partir da segunda metade do século. Sodré argumenta que o que ocorria, de fato, era a autocensura da imprensa capitalista, que “de instrumento de esclarecimento, [...] se transformou em instrumento de alienação, fugindo inteiramente aos seus fins originários”.⁵

¹ No ano que antecedeu a inauguração, o horário de trabalho dos operários, que já extrapolava as 12 horas diárias, foi estendido para 24 horas, como relata Peter Hall em: HALL, Peter. *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 255.

² CIDADE, Lucy C. F. Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas socioespaciais. In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luiz A. de C. *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Ed. UnB, 2003, p. 164.

³ UDN - União Democrática Nacional (1945-1965), partido político brasileiro de tendências conservadoras.

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 407-408.

⁵ *Ibidem*, p. 408.

Junto à inauguração de Brasília, um novo jornal foi fundado para atuar como veículo informativo dos novos habitantes: era o *Correio Braziliense*, cujo nome remete àquele que foi um dos primeiros jornais brasileiros.⁶ Pertencente ao grupo Diário de Associados, fundação então presidida por Assis Chateaubriand, era um jornal que privilegiava os interesses do capital. Em relação ao noticiário, Brasília ocupava coerentemente um lugar de destaque, em meio a acontecimentos políticos e sociais brasileiros. Constantemente, as páginas do *Correio* noticiavam mais sobre acontecimentos na Europa ou nos Estados Unidos, por exemplo, do que as de outras regiões do país e um amplo espaço era reservado para publicidade. O *Correio Braziliense* foi o único periódico da grande imprensa na capital durante toda a década de 1960. Um aspecto que chama a atenção, era a priorização do Plano Piloto, em detrimento de outras regiões do Distrito Federal. Projetado por Lúcio Costa, o Plano Piloto era habitado pela classe média brasiliense, composta na época principalmente de funcionários públicos. As notícias, focalizadas nas áreas mais nobres do DF, diziam respeito, sobretudo, às inúmeras atividades de construção e urbanização, mantidas após a inauguração, pois ainda havia muito trabalho a ser feito.

O presente artigo analisa os discursos jornalísticos acerca do processo de arborização de Brasília, conforme registrados no *Correio Braziliense* desde sua primeira edição, em 1960, e, posteriormente, no *Jornal de Brasília*, a partir de 1973. A perspectiva que orienta a análise se baseia no entendimento de que a paisagem de Brasília é uma construção socioambiental, como propõe Stefania Gallini.⁷ Assim, a reflexão partiu da noção de que diferentes camadas, onde confluem dimensões materiais e simbólicas, compõem o espaço urbano e estimulam elaborações polissêmicas. A articulação entre os elementos humanos e não humanos de uma *urbe* materializam o conjunto simbólico de uma época e de uma sociedade, refletem a sua organização, controle, regulamentação e até mesmo a relação travada entre cidadãos, instituições e natureza urbana. Regina Horta Duarte observa que:

Em suas mais variadas práticas cotidianas e em suas opções políticas, os homens constituem seu ambiente. E, certamente, quando discutem sobre as árvores de suas ruas, ou sobre os jardins de suas cidades, travam um importante momento do debate maior sobre a sociedade em que desejam viver e quais valores deverão prevalecer.⁸

O debate acerca do direito à cidade e a seu usufruto, no século XXI, perpassa a questão da natureza urbana. Considera-se que a democratização do espaço urbano não pode reverberar em insalubridade para a saúde humana. Exemplos dessa afirmação são as inúmeras investigações sobre as altas taxas de poluição atmosférica para populações urbanas

⁶ Cf.: LUSTOSA, Isabel. *O Nascimento da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

⁷ GALLINI, Stefania. La naturaleza cultural de la historia ambiental y su rematerialización. In: HERING, Max; PÉREZ, Amada C. (Eds.). *Historia cultural desde Colombia: categorías y debates*. Bogotá: Univ. Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas; Pontificia Univ. Javeriana / Univ. de los Andes, 2012, p. 377-397.

⁸ DUARTE, Regina Horta. À sombra dos fícus: cidade e natureza em Belo Horizonte. *Ambiente & Sociedade*, v. X, n. 2, p. 25-44, jul.-dez. 2007, p. 42.

e sobre os desastres onde existem poucas áreas verdes e concreto em demasia.⁹ Dessa forma, a estrutura urbana de uma cidade reflete o tipo de relação da sociedade local com a natureza.¹⁰

O movimento ambientalista emergiu, com esse nome, na década de 1970. Narrativas anteriores já vinham sinalizando uma sensibilização em relação ao mundo natural, orientada pelas noções de conservação dos recursos naturais e de preservação de áreas selvagens. A História Ambiental desponta em meio a esse contexto de preocupações com o meio ambiente e vai se inserir no âmbito das reformulações da historiografia, que ampliaram significativamente os seus temas de pesquisa. Havia a necessidade de superar a rigidez conceitual, de repensar o papel destinado ao meio ambiente nas ciências humanas e de lhe atribuir qualidades ativas, de transcender a ideia de que ele seja meramente um palco para os acontecimentos sociais. A noção de natureza se amplia, não simplesmente pelas ressignificações e pela agregação de novos atributos, mas, sobretudo, há o resgate de qualidades que lhe são intrínsecas. Trata-se, portanto, de atribuir à natureza certo protagonismo.¹¹

Pensar o papel de agência da natureza é um desafio epistemológico, pois a compreensão da natureza como entidade autônoma implica em sua compreensão como um "agente sem sujeito", já que sua atuação ocorre a despeito de "vontade, intenção ou esboço",¹² uma agência que pressupõe a ideia de intra-atividade, conceito da física que sugere a existência como o resultado da articulação entre o fazer e o ser.

A dimensão ambiental da construção de Brasília

A história urbana da América Latina antecede o século XV, tal fato é exemplificado pela presença das ruínas de cidades pré-colombianas, como a capital do Império Azteca, Tenochtitlán. Com a chegada dos europeus e o início do processo de colonização, emerge o modelo de cidade colonial. No caso do Brasil colônia, o desenvolvimento urbano aconteceu, sobretudo, nas regiões costeiras, pois assim simplificava-se o comércio efetuado com a metrópole portuguesa. Frei Vicente do Salvador escreve, em 1627, que os brasileiros se

⁹ Sobre a poluição atmosférica, cf.: MAHALINGAIAH, S. *et al.* Perimenarchal air pollution exposure and menstrual disorders. *Human Reproduction*, v. 33, 3.^a ed., mar. 2018, p. 512-519. Sobre os desastres, cf.: NZOATEGUI, Micaela; FEMENIAS, María Luisa. Problemáticas urbano-ambientales: un análisis desde el ecofeminismo. In: PULEO, Alicia H. (Org.). *Ecología y género en diálogo interdisciplinar*. Madrid: Plaza y Valdes, 2015, p. 219-240; MEDEIROS, Eugênio M. F. de. *Estética do Apocalipse: (re)considerações acerca da (des) arborização urbana de Natal e seu contributo à saúde pública*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

¹⁰ HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 229; NOWAK, David J.; DWYER, John F. Understanding the Benefits and Costs of Urban Forest Ecosystems. In: KUSER, J. E. *Urban and Community Forestry in the Northeast*. New York: Springer, 2007, p. 25-46.

¹¹ Dentre os trabalhos que teorizam sobre a história ambiental, e mapeiam suas origens, podem ser citados: GALLINI, Stefania. La naturaleza cultural... *Op. cit.*; PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, 2010; WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

¹² ALAIMO, Stacy. Feminismos transcorpóreos e o espaço ético da natureza. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 909-934, maio-ago. 2017, p. 919.

agarravam à costa como caranguejos. As duas cidades onde primeiramente foram estabelecidas as sedes do governo brasileiro seguiam esta lógica. São Salvador, no litoral do Nordeste e, com a vinda da corte portuguesa para a colônia, então alçada a sede do Império lusitano, o Rio de Janeiro, no litoral sudeste. Estas cidades tiveram o seu desenvolvimento urbano associado à influência econômica que exerciam no Brasil. A ideia de construir uma cidade no interior, para ser a capital do país, em uma região praticamente isolada, cuja influência econômica era mínima, soava como um descompasso em relação à lógica pela qual a nação brasileira vinha sendo orientada.¹³

Todavia, a despeito de ter sido um projeto concluído na década de 1960, o propósito de transferir a capital era bem mais antigo. Em 1821, José Bonifácio de Andrada e Silva registrou em documento a ideia de que a sede do poder federal brasileiro deveria se localizar “na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável”.¹⁴ O intuito de construir a capital no centro do país foi retomado nos pleitos constitucionais de 1891. Já no ano seguinte, em 1892, uma comitiva formada por astrônomos, topógrafos, geógrafos, naturalistas, dentre outras formações, saiu do Rio de Janeiro em direção ao centro-oeste brasileiro. A jornada empreendida pela Comissão Cruls, cujo nome remete ao líder da expedição, o astrônomo Luis Cruls, resultou em estudos acerca da região onde pretendia-se erguer a nova cidade-capital. O relatório, considerado o primeiro registro técnico da transferência da capital, foi publicado em 1894, como *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central*, ou simplesmente *Relatório Cruls*, e reunia dados hidrográficos, topografia do terreno, informações sobre a flora e a fauna, clima e minerais. O documento serviu de base para a produção do *Relatório Técnico sobre a Nova Capital da República*, conhecido como *Relatório Belcher*, publicado em 1956, já no governo de JK. Todavia, a região em questão foi prospectada em outras tantas análises ambientais entre os anos 1894 e 1956.¹⁵

Durante a década de 1950, em um contexto econômico desenvolvimentista, em toda a América Latina, houve o fortalecimento de atividades extrativistas e o aumento da produção agrícola, ambas voltadas para a exportação. Com a aceleração do crescimento econômico, ocorreu uma segunda onda de urbanização, que “transformó efectivamente a la mayoría de los latinoamericanos em urbanitas”.¹⁶ O intuito de construir uma nova capital no interior do país

¹³ HOLSTON, James. O espírito de Brasília: modernidade como experimento e risco. In: NOBRE, Ana Luiza et al. (Orgs.). *Um modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 159; SEDREZ, Lise; DUARTE, H. Regina. El Muro y la hiedra: narrativas ambientales de un continente urbano. In: LEAL, Claudia; SOLURI, John; PÁDUA, José Augusto. *Un Pasado Vivo: dos siglos de historia ambiental latinoamericana*. Bogotá: FCE; Univ. de los Andes; Facultad de Ciencias Sociales, 2019; ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009, p. 77-101.

¹⁴ FICHER, S. et al. Brasília, uma história de planejamento. *Anais do [...] 10º Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte: ANPUR, 2003, vol. 1, s./p.

¹⁵ *Idem*; CRULS, Luiz. *Relatório Cruls*. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central. Brasília: Senado Federal - Conselho Editorial, 2003; MOURA, Hastimphilo de. *Cadernetas da Missão Cruls - 1892 - diário n.º 1*. Brasília: APDF, 2006.

¹⁶ SEDREZ, Lise; DUARTE, H. Regina. El Muro y la hiedra... *Op. cit.*, p. 167.

voltou à cena com estas transformações, revitalizando o ideário político da “Marcha para o Oeste”, lançado pelo Governo de Getúlio Vargas.¹⁷

Juscelino Kubitschek anunciou, em 1955, a sua candidatura à presidência e o seu projeto de governo, um plano de metas cujo destaque recaía sob a meta-síntese: a construção da cidade que seria a sede do poder federal brasileiro. O estado de Goiás, onde seria localizada a futura capital, era pouco urbanizado e os grandes latifúndios dividiam o espaço com a vegetação nativa e a população indígena, composta por inúmeras etnias. O povoamento da nova capital teve início com a chegada dos candangos – operários que chegaram para a construção de Brasília - a um local ainda pouco urbanizado e de baixa densidade populacional. Goiás era uma região afastada. Durante o século XIX era considerada como “a fronteira mais longínqua do Império”.¹⁸ Seu passado colonial teve início com atividades mineradoras, no século XVIII, que foram substituídas pela criação de gado, entre os séculos XIX e XX. Poucas décadas antes da inauguração de Brasília, em 1920, a densidade demográfica no estado era de 0,8 habitantes por km², contra uma população bovina cuja proporção era de 5,5 cabeças de gado por habitante.¹⁹

A transferência da capital não gozou de apoio incondicional e irrestrito, nem por parte da população e nem entre as lideranças políticas. Assim, houve a construção de uma narrativa em defesa do projeto que, a despeito dos extraordinários gastos financeiros que seriam mobilizados, iria catalisar o almejado desenvolvimento socioeconômico da nação brasileira. Tal narrativa fora forjada de forma a conectá-la com esforços que provinham desde século XIX que previam a transferência da capital para o centro-oeste brasileiro. Em 1956, o governo JK fundou uma empresa para administrar as obras de Brasília, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap. O arquiteto Oscar Niemeyer foi escolhido diretamente por JK para desenhar os principais prédios de Brasília, enquanto o projeto urbano foi escolhido pela via de um concurso público. O edital do concurso nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil continha informações sobre o terreno, nascentes e fluxos de água. Aos concorrentes foi disponibilizado um “relatório minucioso relativo aos estudos do solo e subsolo, do macro clima e do microclima, das águas superficiais e subterrâneas, das possibilidades agrícolas, pecuárias, etc”.²⁰ Os projetistas foram orientados a refletir e informar sobre como seria efetuado o abastecimento de gêneros agrícolas, energia elétrica e água potável para a população. O arquiteto e urbanista Lúcio Costa venceu o concurso com uma proposta que se destacou, em relação aos outros projetos, pela simplicidade. Foi o único dentre os concorrentes que, de

¹⁷ PAVIANI, Aldo. Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 11-13, set.-out. 2003, p. 64-68.

¹⁸ DUTRA E SILVA, Sandro; MOURA, Talliton T. R. de; CAMPOS, Francisco I. A Fronteira do gado e a história do oeste brasileiro: coronelismo, violência e dominação fundiária em Goiás. In: FRANCO, José Luiz de A. et al. *História Ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 263.

¹⁹ *Ibidem*, p. 265.

²⁰ COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA. Brasília: GDF, 1991, p. 17.

acordo com os jurados, apresentou, de fato, uma obra “para uma capital administrativa do Brasil”.²¹

Lúcio Costa e Niemeyer eram representantes da arquitetura moderna. No Brasil, ela se desenvolveu de maneira peculiar, um modernismo tropical, levando em consideração a tradição da arquitetura colonial, e inovadora, com as curvas características do desenho de Niemeyer. A questão habitacional ocupa um espaço central para os modernistas e conduziu a uma reelaboração do cotidiano urbano, por meio de uma ruptura com a arquitetura tradicional europeia. O trabalho de Lúcio Costa foi inspirado na obra do arquiteto franco-suíço Le Corbusier, criador da *Ville Radieuse*, sua “cidade moderna”, e fundador dos CIAM, que em 1933, produziu a *Carta de Atenas*, na qual são explicitados preceitos e diretrizes a serem aplicadas em projetos urbanos.²²

O urbanismo moderno rompeu com o projeto de cidade tradicional, considerada insalubre, sobretudo, por não agregar elementos naturais em suas estruturas urbanas. Le Corbusier argumentava que o sol, o ar e o verde eram instrumentos de trabalho do arquiteto, que deveriam ser empregados com o objetivo de garantir melhores condições de vida para os cidadãos.²³ Seguindo esses princípios, embora não conste de seu Plano Piloto um manejo do solo ou um foco maior sobre o ambiente natural, Lúcio Costa propôs uma cidade em que a vegetação abundante, selecionada, se espalhasse por espaços abertos e tivesse o céu como componente destacado da paisagem urbana.²⁴ O tráfego de Brasília foi planejado pensando no automóvel particular, um símbolo do desenvolvimento e da modernidade do século XX.²⁵ A pureza do ar seria garantida pela presença de duas áreas verdes dispostas de forma simétrica, o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico, atuando “como que os pulmões” da cidade.²⁶ Em relação à arborização urbana na zona residencial, Costa enfatizou que deveriam ser selecionadas:

árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem.²⁷

A ideia de orientar o crescimento urbano a partir da arborização foi um item elogiado pelo júri.²⁸ Costa assinou a sua obra apelidando-a de “cidade-parque”. Yves Bruand chamou a atenção para o fato de que Lúcio Costa levou em consideração os aspectos da paisagem

²¹ COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano... Op. cit.*, p. 35.

²² CIAM são os *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* [Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna]. Cf.: CIAM, *Carta de Atenas* (novembro/1933), seção “Cartas patrimoniais”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 24 ago. 2020.

²³ *Ibidem*, p. 7.

²⁴ JUCÁ, Jane Monte. Princípios da Cidade-Parque: categoria urbana concebida no Plano Piloto de Brasília. *Minha Cidade*, São Paulo, Vitruvius, ano 10, n. 113.01, nov. 2017.

²⁵ BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 361.

²⁶ COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano... Op. cit.*, item 12, p. 28.

²⁷ *Ibidem*, item 16, p. 30.

²⁸ *Ibidem*, apreciação do júri, p. 35.

natural, por exemplo, ao observar o fluxo de escoamento das águas e ao localizar a torre de TV:

no ponto culminante e servindo-se habilmente do relevo existente, porém evitou-se o respeito absoluto pela natureza, pouco conforme à sua mentalidade racionalista que afirmava a primazia do homem e sua capacidade de melhorar o quadro que lhe é confiado.²⁹

O processo de arborização na década de 1960: no Cerrado aviltado são introduzidas espécies exóticas

As atividades de arborização da nova capital têm início ainda durante os anos de construção. Junto à Novacap, foi criado um órgão responsável por gerenciar as atividades referentes à produção agrícola e ao abastecimento da nova capital, o Departamento de Terras e Agricultura – DTA. Tratava-se da fase preliminar da futura Secretária de Agricultura. Dentre as funções desempenhadas, estava a “produção de plantas ornamentais para a arborização do Plano Piloto, de gramados e flores para diversos jardins nas superquadras”.³⁰ Em 1957, foi realizada a primeira missa na recém construída Igreja Nossa Senhora de Fátima, erguida na Entrequadra 307/308 da Asa Sul do Plano Piloto. Uma das presentes, Palmerinda Donato, se recorda que, para o evento, adquirira um sapato de camurça que endureceu pelo contato com a lama do local.³¹ No ano seguinte, em 1958, a área externa da Igreja recebeu a primeira leva de grama, dando início as atividades de arborização de Brasília. As atividades seguiram-se com a disposição, no gramado do Palácio da Alvorada, a pedido de JK, das palmeiras contidas no croqui de Oscar Niemeyer, autor do projeto.

No dia 21 de setembro de 1959, em comemoração ao Dia da Árvore, foram plantadas mil mudas na Fundação da Casa Popular. A primeira e a última muda foram plantadas por JK. O momento ficou gravado na memória de Joaquim Tavares: “De acordo com o programado, às sete horas do dia vinte e um de setembro o presidente plantou um ipê, onde está até hoje, na quadra 713 da W3 Sul. Às dezoito horas na quadra fronteira à Escola Parque da W3 Sul, JK plantou um acácia”.³²

Na medida em que os trabalhos de construção se intensificavam, com vistas à inauguração de Brasília na data estipulada por JK, os trabalhos de arborização seguiam paralelamente. As mudas produzidas, todavia, não eram suficientes para suprir a demanda das áreas verdes. A solução encontrada pela Novacap foi plantar espécies provenientes de outros

²⁹ BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no... Op. cit.*, p. 361.

³⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL (APDF). TAVARES, Joaquim da S. *Brasília Agrícola: sua história*. Brasília: [s. n.], 1995, p. 37. (Localização: n. de tomo: 2080, data: 18 mar. 1998).

³¹ Depoimento de Palmerinda Donato, uma das pioneiras de Brasília, no documentário: *Poeira & Batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília*. Direção Tânia Fontenele e Tania Quaresma. Brasília: Tânia Fontenele, 2010. (59 min.)

³² APDF. TAVARES, Joaquim da S. *Brasília Agrícola... Op. cit.*, p. 21. A W3 Sul (Avenida Oeste Sul) é uma das principais avenidas de Brasília, localizada na Asa Sul.

estados do Brasil, sobretudo da região sudeste, o que implicava na introdução de árvores exóticas ao bioma local. Para o engenheiro agrônomo Ozanan Coelho de Alencar, pioneiro das atividades de arborização urbana em Brasília:

(a Novacap) era uma espécie de hiper ministério com poderes para tudo, e a gente tinha escritório em São Paulo, no Rio, Belo Horizonte, em Anápolis, então vamos supor, vai plantar cinco mil árvores na W 3 Sul por exemplo, você entrava em contato com esses escritórios e perguntava: 'O quê é que tem de muda de árvore aí? Então compra cinco mil mudas e manda.' Chegavam os caminhões aqui com as mudas, plantava-se aqui.³³

Após a inauguração de Brasília, as atividades de arborização do Plano Piloto tornaram-se notas constantes no *Correio Braziliense*, nos espaços do jornal dedicados às crônicas acerca do cotidiano urbano dos moradores. Eram as colunas "Visto, Lido e Ouvido", de autoria do jornalista Ari Cunha, e "Carrossel de Brasília", assinada por Cecília Queiroz Campos. Essas colunas quebravam um pouco a formalidade dos noticiários. Ali os leitores encontravam assuntos do cotidiano, que contribuíam para o desenvolvimento de uma noção de pertencimento à uma cidade que fora primeiro erguida e depois povoada. O *Carrossel de Brasília*, nas palavras de Queiroz Campos, era um espaço de:

vivência, de contradição, de estímulo, de namoro com a Cidade, cheio de arrufos, compensados, no entanto, pelas descobertas principalmente aquela de que todos – mais de mil famílias de funcionários – foram erradicados e tinham que deitar raízes aqui, povoando a solidão do Planalto".³⁴

Durante toda a década de 1960, atividades de construção e de arborização foram constantemente abordadas nessas colunas. A dificuldade em se concluir o processo de plantio de mudas e de gramar os espaços era um dos principais temas. O Cerrado, descrito pelos jornalistas como um "ambiente adusto", coberto por uma "poeira terrível [...] o vento sem tréguas", era apontado como um grande obstáculo.³⁵ Alguns traços da cidade ainda em construção, como os inúmeros buracos e a falta de asfalto foram tratados em uma nota que descrevia a paisagem como semelhante à da "Primeira Guerra Mundial" e que alertava os moradores para manterem-se alertas dia e noite para não caírem nos buracos.³⁶

A nova capital foi inaugurada em abril, final do período chuvoso no bioma Cerrado. Os meses seguintes foram de seca. O clima, na região onde Brasília se localiza, é classificado como "tropical de savana e temperado chuvoso de inverno seco".³⁷ Portanto, a seca constituiu um desafio enfrentado pelos técnicos da Novacap. O *Correio Braziliense* informava que a tentativa de arborização da Praça dos três Poderes estava indo para o seu terceiro intento,

³³ ALENCAR, Francisco Ozanan Correia Coelho de. *Depoimento – Programa de História Oral*. (Transcrição). Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2004, p. 14.

³⁴ CAMPOS, Q. C. Reportagem Retrospectiva. *Correio Braziliense*, Brasília, 21 abr. 1961, 4º caderno, p. 2.

³⁵ CAMPOS, Q. C. A verve não se esgota. *Correio Braziliense*, Brasília, 16 ago. 1960, Carrossel de Brasília, p. 3.

³⁶ CAMPOS, Q. C. Onde a vida é um buraco. *Correio Braziliense*, Brasília, 16 ago. 1960, Carrossel de Brasília, p. 3.

³⁷ MARTINS, Éder de S. et al. *Evolução Geomorfológica do Distrito Federal*. Planaltina, GO: Embrapa Cerrados, 2004, p. 8.

uma vez que “as duas primeiras frustraram-se pela seca inclemente”.³⁸ A jornalista Queiroz Campos, inclusive, coloca em questão a possibilidade de sucesso do projeto: “os que entendem de jardins, como Burle Marx, duvidam muito dessa terra ácida e paupérrima de matéria orgânica. Israel [Pinheiro] insiste, não desiste. Lembra que os israelenses já conquistaram duzentos quilômetros quadrados de terra para a lavoura, no deserto de Négueve”.³⁹

A arborização era vista como uma atividade que envolvia custos altos e que, por muitas vezes, gerava prejuízos. A escolha de espécies, como eucaliptos (*Eucalyptus*) e pinheiros americanos (*Pinus elliottii*), consideradas muito caras, implicou em acusações de ineficiência administrativa, que estaria tornando cada vez mais distante a perspectiva de tornar Brasília, “em menos de vinte anos, uma capital auto-financeável”.⁴⁰

Em 1960, as atividades de arborização eram desenvolvidas pelo DTA, e corriam junto com a implementação dos projetos agrícolas e de pecuária. A água proveniente de uma nascente na região do Catetinho foi canalizada com o intuito de ser utilizada na produção de mudas em um viveiro construído na antiga sede da Fazenda do Gama, local onde hoje encontra-se o *Country Club* de Brasília. Ali foram produzidas mudas utilizadas no primeiro momento de arborização da nova capital. Em 1962, o Departamento de Parques e Jardins – DPJ-DF - se desvinculou da Secretaria de Agricultura para tornar-se uma unidade da Novacap. A chefia foi assumida por Stênio de Araújo Bastos e, durante a sua gestão, os trabalhos de arborização da região do Plano Piloto foram incrementados, com a área de gramados alcançando a marca de 1000 ha.

Em 1969, o engenheiro-agrônomo Francisco Ozanan Correa Coelho de Alencar chegou à Brasília vindo do Ceará. Primeiro atuou no setor de fitossanidades, responsável pelo controle de pragas e doenças, e, finalmente, após seu trabalho como assessor de Bastos, foi nomeado chefe do departamento, em 1980. Ao rememorar a sua chegada à nova capital, Ozanan observou quão desafiadora a tarefa lhe parecia, pois diante da paisagem, “daquela vermelhidão, lama, lacerdinha, o céu infinito, arborizar era trabalho *pra* mais de 100 anos”.⁴¹ Dentre as espécies utilizadas, na década 1960, quando havia o predomínio de espécies exóticas, estão o flamboyant (*Delonix Régia* Raf), os angicos (*Anadenanthera macrocarpa* Benth), o cambuí (*Peltophorum dubium* Taub), a sibipiruna (*Caesalpineia peltophoroides* Ducke), a clitoria (*Clitoria racemosa* Benth), a albízia (*Albizia lebeck*), o jacarandá-mimoso (*Jacaranda mimosaefolia* D. Dom) e as cássias (*Cassia macrantera* DC e *Cassia siamea* Lam). Esta segunda espécie de cássia, também conhecida como cássia-de-sião, foi amplamente

³⁸ CAMPOS, Q. C. Terceira Tentativa. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 set. 1960, Carrossel de Brasília, p. 3.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ CAMPOS, Q. C. O problema da arborização. *Correio Braziliense*, Brasília, 14 ago. 1960, Carrossel de Brasília, p. 3.

⁴¹ ALENCAR, Francisco O. C. de et al. *Arborização Urbana do Distrito Federal: história e espécies do cerrado*. Brasília: Novacap, 2012, p. 18.

utilizada, em locais como as superquadras sul 107 e 304, no acesso a Sobradinho e na Avenida W3 Sul.⁴²

Havia dificuldades para garantir a permanência do que era plantado, fato que levou os jornais a se referirem às atividades de arborização como uma “tarefa de Sísifo”, que consumia incontáveis horas de serviço e investimentos financeiros, porém sem muito sucesso: “onde o vale pré-existira, a grama nasceu: mas onde ele foi feito pelos tratores, erigindo paredões laterais de barro, a terra permanece tão maninha quanto antes: e é assim que a grama não nasce na Praça dos Três Poderes, onde até parece que houve uma cavalhada das hordas de Átila”.⁴³

A insuficiência no número de mudas produzidas pelo viveiro do DPJ-DF levou à procura de mudas em outras regiões do país, especialmente no Sudeste, onde a produção estava mais consolidada. O critério para a escolha de plantas ornamentais era, simplesmente, aumentar o número de árvores de forma a mitigar os efeitos da construção: “vamos supor, vai plantar cinco mil árvores na W3 Sul, por exemplo, você entrava em contato com esses escritórios e perguntava: ‘O quê é que tem de muda de árvore aí? Então compra cinco mil mudas e manda.’ Chegavam os caminhões aqui com as mudas, plantava-se aqui”.⁴⁴

A primeira fase do processo de arborização de Brasília teve um caráter experimental em relação a escolha das espécies utilizadas, sobretudo por conta da urgência em tornar a cidade recém-inaugurada, ainda em processo de construção, um ambiente agradável para os seus habitantes. Conforme o que foi planejado por Lúcio Costa, as áreas verdes das superquadras do Plano Piloto seriam espaços públicos de socialização dos moradores, uma espécie de “quintal coletivo”.⁴⁵ Arborizar Brasília era, portanto, humanizá-la. As árvores iriam compor a paisagem, contribuindo para a construção da identidade urbana da nova capital. Houve, por parte dos jornais, um discurso de descrença em relação ao sucesso da empreitada. O entendimento era de que os obstáculos estavam relacionados com as condições naturais do Cerrado, cujas características o tornavam indesejável para compor a paisagem de Brasília, como é explícito na seguinte passagem: “o gramado do Eixo Monumental está se transformando em mata virgem e, agora, na seca, quando a grama secar, o mato crescerá, voltando o jardim ao estado primitivo”.⁴⁶

⁴² ALENCAR, Francisco O. C. de et al. *Arborização Urbana do... Op. cit.*, p. 26-27.

⁴³ CAMPOS, Q. C. Uma aventura paisagística. *Correio Braziliense*, Brasília, 12 out. 1960, Carrossel de Brasília, p. 3.

⁴⁴ ALENCAR, Francisco Ozanan Correia Coelho de. *Depoimento – Programa de... Op. cit.*, p. 14.

⁴⁵ O termo “quintal coletivo” foi cunhado por um grupo de artistas, entre as décadas 1980 e 1990, para se referir à utilização das áreas verdes das Superquadras do Plano Piloto. Cf.: JUCÁ, Jane Monte. *Princípios da Cidade-Parque... Op. cit.*

⁴⁶ CUNHA, Ari. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, Brasília, 13 abr. 1961.

A década de 1970 e a “Crise das Árvores”

No início da década 1970, o discurso relacionado com as atividades de arborização enfatizam a ideia de que as atividades do DPJ-DF eram orientadas por critérios científicos. No ano de 1972, foi inaugurada a PROFLORA, empresa afiliada à Secretaria de Agricultura e Produção, cujo objetivo principal era gerir um projeto de florestamento e reflorestamento no Distrito Federal. Em sua gênese, a empresa recebeu uma área de 16.500 hectares, onde foram iniciados dezenove projetos de florestamento, com as seguintes espécies: eucaliptos (*Eucalyptus*), em 58% dos plantios; pinheiros (*Pinus*) em 35%; e mangueiras (*Mangifera indica* L.) em 7%. Todas essas espécies exóticas ao Cerrado. A PROFLORA, “em consequência de más administrações [...] chegou à situação de insolvência, e entrou em processo de liquidação em 16 de fevereiro de 1990”.⁴⁷

A despeito da desvinculação formal entre o DPJ-DF e o DTA, ainda na década de 1960, as atividades de arborização eram desenvolvidas em conjunto, e contavam com o apoio da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal - FZDF. Criada em 1961, foi uma instituição pioneira no que diz respeito à proteção do meio ambiente, especialmente a partir dos anos 1970. As suas funções incluíam a pesquisa sobre as espécies da flora e da fauna dos biomas brasileiros, a composição de um inventário florestal e o cultivo de espécies da flora para o plantio em parques e a alimentação de animais. Como um espaço de fomento à ciência, a FZDF reunia pesquisadores nacionais e estrangeiros. Os conhecimentos desenvolvidos contribuíam para o desenvolvimento das atividades de arborização de Brasília. O engenheiro florestal Fernando Carvalho da Silva, que chefiou o Serviço Florestal do Departamento de Recursos Naturais da FZDF, faz referência, em entrevista ao *JBr*, ao Inventário Florestal do Distrito Federal, elaborado com o intuito de “solucionar problemas de poluição, conservação dos cursos d’água, preservação da fauna, etc”. Ele argumentava que

do ponto de vista econômico, as áreas de florestas suprem as necessidades de madeira para as populações nas formas de combustível, carvão, postes, dormentes, construções agrícolas e urbanas e finalmente oferecem matéria-prima para a indústria florestal.⁴⁸

Os trabalhos de experimentação e pesquisa com a flora e a produção de mudas eram realizadas na Estação Florestal do Serviço Experimental de Pesquisas Florestais, localizada entre o Setor de Mansões Dom Bosco e a Papuda. Outra reportagem, cujo entrevistado era o chefe do DPJ-DF, Stênio Bastos, reforçava o entendimento de que as atividades de arborização eram desenvolvidas a partir de critérios científicos. O *Jornal de Brasília* noticiava que os trabalhos eram guiados por um “homem objetivo frente a natureza”, que reconhecia a “gramação” dos espaços como uma ação “fundamental sob o seguinte ponto de vista: propicia a volta do equilíbrio ecológico à região porque ele foi radicalmente quebrado com a construção

⁴⁷ APDF. TAVARES, Joaquim da S. *Brasília Agrícola... Op. cit.*, p. 20.

⁴⁸ CRUZ, Nonato. A técnica no cerrado: reflorestamento. *Jornal de Brasília*, Brasília, 04 fev. 1973, Ecologia, p. 10.

de Brasília".⁴⁹ Gramar os espaços de terra era essencial e a espécie escolhida para realizar esse objetivo foi a grama-batatais (*Paspalum notatum*), nativa do Cerrado. Diante dos desafios que surgiam, como a dificuldade de se produzir esta espécie em cativeiro, foram enfrentados pelos funcionários "com muita tenacidade e os resultados apresentaram-se positivos", de acordo com a narrativa do jornal.

Outra espécie de gramínea, exótica, popularmente conhecida como bermuda (*Cynodon dactylon*), originária dos Estados Unidos da América, também foi utilizada. O seu plantio se fazia pelo método jato-semeadura,⁵⁰ que facilitava o trabalho dos técnicos. Os espaços que receberam a grama-bermuda foram o Palácio do Buriti, o Eixo Monumental e o Setor Militar Urbano. Já as áreas de terreno inclinado e pistas automotivas foram plantadas com a grama-batatais. Bastos descreve os critérios utilizados pelo DPJ-DF para a arborização de Brasília da seguinte maneira:

é claro que se na África existir uma árvore que tem aspecto paisagísticos muito bom e ela é imune às doenças, e vai muito bem, vamos usá-la, por que não? Mas o fato é que a nossa flora, uma das mais belas e variadas do mundo, tem nossa prioridade. Depois de estudar um determinado tipo de árvore, vendo que suas raízes não são prejudiciais às fundações dos edifícios, se ela não possuir nenhuma substância tóxica que cause alergia, e o comportamento do vegetal nas condições ecológicas de Brasília, aí, então, realizamos o seu plantio.⁵¹

As experimentações e observações eram feitas no Vale do Paracatu e dentre as espécies mais cultivadas estavam os ipês, a sibipiruna, a paineira (também conhecida como barriguda), todas nativas do Cerrado, além da cássia e do guapuruvu, espécies exóticas. As atividades de arborização consideravam as diferentes estações do ano. Assim, na primavera e no verão, quando há maior incidência de chuvas, eram realizados os plantios. Na época da seca, no outono e no inverno, o DPJ-DF se ocupava da manutenção dos espaços verdes, a fim de evitar a proliferação de pragas e incêndios. No ano de 1972, Brasília já tinha alcançado a marca de 1.657.493 m² de áreas verdes.

Já no início da década de 1970, o processo de arborização demonstrava a sua influência sobre o microclima das superquadras e a perspectiva de contar com áreas verdes e árvores incentivava o brasiliense a cultivar jardins e plantas em sua própria residência. Uma matéria do *Jornal de Brasília* se referiu a Brasília como uma "cidade-jardim", por ser "talvez, no mundo, a cidade que dispõe de maior área verde".⁵²

O ambiente profusamente arborizados das superquadras proporcionava um espaço de sociabilidade para os seus moradores, que utilizavam as áreas comuns para realizar inúmeras atividades. Aos poucos Brasília se humanizava, sobretudo por conta da presença de crianças nas áreas verdes. As superquadras eram, também, palco de disputa entre funcionários da Novacap e as crianças e adolescentes que jogavam suas partidas de futebol nos extensos gramados. A Novacap, receosa de que os futebolistas amadores estragassem os tapetes de

⁴⁹ A grama e outras histórias. *Jornal de Brasília*, Brasília, 18 abr. 1973, Vida Rural, p. 9.

⁵⁰ Técnica onde as sementes são arremessadas por uma máquina de ar comprimido.

⁵¹ *Idem*.

⁵² E Brasília pode ser um jardim. *Jornal de Brasília*, Brasília, 31 out. 1976, capa.

grama recém-instalados, criou uma função de controle, apelidados de graminhas, que invadiam as partidas de futebol, roubavam e furavam a bola, acabando com o jogo. Como resposta, em tom de brincadeira, muitas vezes os bonés dos graminhas eram confiscados pelas crianças, que só lhes devolvia quando também recebessem sua bola de volta.⁵³

Logo no início do ano de 1970, os funcionários do DPJ-DF perceberam que algumas árvores começaram a apresentar manchas escuras no tronco (exudação), que era indicativo de um ataque de coleobrocas, um pequeno besouro, que leva ao amarelecimento e à queda de folhas. A situação tornou-se mais crítica em 1974, acometendo principalmente espécies de cássias, como *cassia negra*, *cassia macranthera* e *albisia sp.* As cássias eram usadas, comumente, em projetos de arborização urbana por todo o país. Elas eram usadas principalmente nas regiões sul e sudeste, por conta do crescimento e do florescimento rápidos. As cássias podiam chegar a oito metros em cerca de seis meses. O DPJ-DF deu início a um "levantamento fitossanitário das espécies, adubação, análise e correção do solo e tratamento com fungicida",⁵⁴ que contou com o apoio do Instituto Biológico de São Paulo. O resultado, contudo, não foi satisfatório.

A Crise das Árvores atingiu maiores proporções no ano de 1976. O total de mudas de cássias plantadas, as árvores mais atingidas pelo ataque dos besouros, chegou a mil e oitocentas por toda a capital, mas a infestação levou à "morte de aproximadamente 50 mil árvores adultas [...]. A opinião pública, os jornais, os políticos todos se mostraram inquietos e surpresos. A avenida W3 Sul apresentou um cenário desolador, o que colocava em questão a adaptação de espécies largamente utilizadas".⁵⁵ A infestação não se restringiu a Avenida W3 Sul, acometendo árvores em vários locais do Plano Piloto – nas superquadras sul 107 e 115, no Centro de Saúde do Banco do Brasil. Além disso, a Crise das Árvores chegou a uma outra região administrativa do Distrito Federal, a cidade satélite de Sobradinho. As causas para a elevada mortalidade das árvores estavam relacionadas com desnutrição e/ou acidez elevada do solo. O DPJ-DF adotou como solução a retirada das árvores acometidas pela doença e a sua substituição por mudas novas.

Para o *Jornal de Brasília*, a arborização de Brasília era um processo "que à primeira vista poderia ser considerada um ponto de menor importância", mas que havia se "constituído em verdadeiro desafio para os técnicos do Departamento de Parques e Jardins". O evento da morte das cássias era, segundo a reportagem, "o fator ecológico agindo a longo prazo", que estaria "influindo definitivamente na arborização de Brasília". Aos leitores, era informado que as árvores teriam se ressentido do "clima ou do solo do Planalto Central", sendo também esses aspectos naturais da região que faziam da arborização "um problema fundamental. A incidência contínua do sol durante boa parte do ano, e em função do imenso vazio que domina

⁵³ COSTA, Cléria B. Nos jardins da memória: Brasília nos anos 1690 e 1970. In: COSTA, Cléria B.; BARROSO, Eloísa P. (Orgs.). *Brasília: diferentes olhares sobre a cidade*. Brasília: Ed. UnB, 2015, p. 29-58.

⁵⁴ GDF troca as árvores atingidas por fungos. *Jornal de Brasília*, Brasília, 02 nov. 1976, Caderno Cidade, p. 13.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 29.

a paisagem”.⁵⁶ Afinal, em Brasília, “a presença de árvores adquire características bem mais decisivas do que nas outras cidades”.⁵⁷ O insucesso das atividades de arborização preocupava os funcionários do DPJ-DF, moradores da nova capital federal e afetavam o ecossistema da região.

A nova fase do DPJ/DF: “uma lição bastante cara sobre o processo de arborização e equilíbrio ecológico”

A rapidez com que Brasília foi construída surpreendeu até mesmo os mais céticos em relação a conclusão das obras no período determinado por JK. A mesma pressa em concluir os serviços fora aplicada no processo de arborização, porém “do ponto de vista do verde não funcionou [...] porque a planta é um ser vivo, é uma coisa totalmente diferente do tijolo, do concreto”.⁵⁸ A morte das cássias indica a agência dos elementos não-humanos no processo de engendramento da paisagem. O inusitado da situação foi que a agência do mundo natural, a Crise das Árvores, acabou em crise política, pois “cogitaram de voltar a [...] capital, para o Rio de Janeiro, porque isso aqui era um deserto, nem árvore ia para frente”.⁵⁹ A despeito da agilidade com que as atividades foram empreendidas, houve um período de experimentação e compreensão do clima, dos solos e das fitofisionomias do Cerrado, que se iniciou antes mesmo da construção de Brasília e continuou ao longo do período em que a cidade foi sendo ocupada pelos seus habitantes humanos.

O evento de morte das árvores colocou em questão a ideia de que a ciência é capaz de exercer controle absoluto sobre a natureza. No que diz respeito às técnicas e parâmetros utilizados, elas precisaram ser revistas e reformuladas pelos funcionários do DPJ-DF. Foi o caso de dar “uma guinada de 180°”,⁶⁰ pois as técnicas de arborização não seriam mais elaboradas dentro de laboratórios e viveiros de experimentação. Considerar o ambiente natural era de suma importância como explica Ozanan:

nós fomos para o cerrado. Recomeçamos a fazer excursões no cerrado, marcamos Brasília como centro geográfico e começamos a fazer excursões num raio de 500 quilômetros em volta de Brasília. Colocamos cimento nas matas, para ver qual a árvore que podia ser útil para a arborização, que tinha características da arborização, olhando a floração, coletando semente, depois estudando como a semente germinava. Então começamos aos poucos, aí introduzimos outras espécies nativas do cerrado, esse problema... esse programa ia ser para mim a vitória maior do ponto de vista técnico do Departamento de Paisagismo.⁶¹

⁵⁶ O desafio das árvores nas nossas ruas. *Jornal de Brasília*, Brasília, 2 nov. 1976, Edição especial de domingo.

⁵⁷ Árvores: na ecologia do planalto está o desafio para a arborização da cidade. *Jornal de Brasília*, Brasília, 21 nov. 1976, Edição especial de domingo, p. 24.

⁵⁸ ALENCAR, Francisco Ozanan Correia Coelho de. *Depoimento – Programa de... Op. cit.*

⁵⁹ *Ibidem*, p. 15.

⁶⁰ ALENCAR, Francisco Ozanan Correia Coelho de. *Depoimento – Programa de... Op. cit.*, p. 16.

⁶¹ *Idem*.

A introdução de espécies arbóreas do Cerrado de fato se tornou uma tendência do DPJ-DF após 1976. Estudos sobre a introdução de espécies exóticas ao bioma Cerrado demonstraram que árvores nativas da floresta amazônica, quando bem irrigadas, se adaptavam melhor do que aquelas provenientes da Caatinga. Um exemplo disso era a sibipiruna (*Caesalpinia pluviosa*), como observou Ezequias Heringer, curador do herbário e professor da Universidade de Brasília.⁶² Heringer foi um pioneiro nos projetos de conservação da natureza, tendo participado da criação da Estação Ecológica de Águas Emendadas e do Jardim Botânico de Brasília. Outros pesquisadores da Universidade de Brasília realizaram estudos sobre o Cerrado e defenderam pontos de vista um tanto diferentes dos que eram sustentados pelos técnicos do DPJ-DF em relação ao projeto de arborização urbana. Para a professora Liene Eiten, de Dendrologia e Dasonomia, do Departamento de Engenharia Agrônômica da Faculdade de Tecnologia, o episódio da morte das cássias foi uma "lição bastante cara sobre o processo de arborização e equilíbrio ecológico".⁶³ No Brasil, tratando-se de silvicultura urbana, a escolha de mudas era pouco criteriosa, e o resultado era frustrante. Eiten argumenta que arborizar não era simplesmente sombrear: "o primeiro ponto a ser analisado na questão de presença de árvores nas comunidades urbanas é o fato de propiciarem ao ambiente da cidade algumas características que lembrem ao ser humano sua condição natural".⁶⁴

Priorizar espécies do Cerrado era fundamentar a arborização da cidade em critérios ecológicos, construir uma identidade urbana de Brasília e criar uma melhor articulação entre a arquitetura dos prédios e o dossel arbóreo. No que diz respeito às interações ecológicas, Eiten observou que a introdução de espécies exóticas não era suficiente para atrair pássaros da região, pois a avifauna urbana se alimentava da flora da região. Espaçar as árvores por 50 ou 60 metros, como era de costume em outras cidades do Brasil, onde as ruas são mais estreitas, não parecia ser o mais adequado em uma "cidade aberta aos 360°",⁶⁵ como era o caso de Brasília. Tratava-se de criar pequenos bosques no interior das superquadras e de ampliar o dossel arbóreo, com o plantio de árvores mais frondosas em detrimento dos longilíneos pinheiros que vinham sendo priorizados pelo DPJ-DF. Isto seria possível a partir da criação de "pequenos bosques, pequenos ambientes para pessoas, pássaros e para influenciar o microclima".⁶⁶

As árvores de uma cidade colaboram para a construção de sua identidade urbana e esse aspecto era fundamental para Brasília, cuja existência não chegava a duas décadas. O DPJ-DF foi muito criticado pela escolha de substituir as cássias mortas por flamboyants (*Delonix regia*), também exóticos ao bioma: "quando um turista chega a Brasília, ele encontra, por exemplo, árvores africanas ou australianas, coisa que já conhece de outros lugares,

⁶² *Apud*: Árvores: na ecologia do planalto está o desafio para a arborização da cidade. *Jornal de Brasília*, Brasília, 21 nov. 1976, Edição especial de domingo.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ *Idem*.

⁶⁵ JUCÁ, Jane Monte. Princípios da Cidade-Parque... *Op. cit.*, s./p.

⁶⁶ *Idem*.

enquanto nossa flora fica relegada a um segundo plano”, explica Eiten, “o flamboyant é lugar comum. Por todo o Brasil encontramos estas árvores plantadas”.⁶⁷

Uma cidade profusamente arborizada, segundo critérios ecológicos e uma campanha paralela de educação ambiental, segundo Eiten, teria influência positiva sobre o cotidiano dos moradores da capital:

Assim como na Zona Sul do Rio de Janeiro existe no povo uma vocação para o mar, levando-se a sair do apartamento e dirigir-se à praia, em busca de um ambiente natural, poderíamos motivar as crianças para que procurassem a vegetação, formando estes maciços. E, assim, estaríamos verdadeiramente usando a arborização como um meio de proporcionar ao ambiente urbano aquela característica o mais próximo da natureza.⁶⁸

Conclusão

O caráter a-histórico encontrado em muitas das narrativas sobre a fundação de Brasília separa-na da história brasileira e concebem a sua gênese sob o signo da espontaneidade, justificada pelo destino. A Brasília mitológica, sem origens, apartada da nação da qual ela emerge, foi um artifício utilizado pela retórica política de fundação da cidade e as motivações para tal feito já foram amplamente investigadas.⁶⁹ As atividades de arborização de Brasília podem ser compreendidas a partir desse imaginário imerso na dissimulação das origens. Pouco é dito sobre os trabalhos de investigação do Cerrado desenvolvidos antes da construção da capital, como o *Relatório Cruls* e o *Relatório Belcher*. Assim, a justificativa de que a primeira década de plantio havia sido desorganizada, por conta da falta de investigação, experimentação e aprofundamento científico, e a cobrança por maior rapidez para concluir os trabalhos devem ser questionadas.

O Cerrado fora minuciosamente analisado em documentos como os relatórios *Relatório Cruls* e o *Relatório Belcher*. No entanto, nas narrativas encontradas nas páginas do *Correio Braziliense* durante a década 1960, o Cerrado era constantemente descrito como selvagem e desagradável e o DPJ-DF, por uma razão ou por outra, acabou priorizando o plantio de espécies exóticas. O projeto de arborização, implementado nos anos 1960 e 1970, produziu uma visão enviesada das fitofisionomias nativas presentes no Distrito Federal, um olhar saudoso de Mata Atlântica, onde se situava a antiga capital. Tratava-se de fazer da nova capital uma espécie de “ilha artificial” em meio ao Cerrado, cujo dossel arbóreo seria formado, em sua ampla maioria, por espécies exóticas ao bioma. Os parâmetros metodológicos sobre os quais as atividades de arborização eram fundamentadas, durante este período, carregavam a noção de que é possível exercer pleno controle sobre a natureza, manejando-a e controlando-a conforme o interesse humano. Essa perspectiva, arrogante e antropocêntrica, se opõe a noção

⁶⁷ *Apud*: Árvores: na ecologia... *Op. cit.*

⁶⁸ *Idem.*

⁶⁹ HOLSTON, James. As intenções ocultas do projeto. In: *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 66-105.

de consideração e respeito aos ecossistemas de uma região, já presente em determinados campos das ciências naturais, como a ecologia e a biologia evolutiva, menos dominados pelo utilitarismo.

O embasamento científico enviesado e a sua inadequação para lidar com as agências da natureza ficou evidente na década de 1970, quando o próprio ecossistema local demonstrou, de forma significativa, que a tentativa de controle e dominação humanas falharam, gerando um desequilíbrio ecológico. Os desfechos de tal episódio, a “Crise das Árvores”, repercutiram nos espaços sociais, políticos e institucionais. Não se restringiram, portanto, ao âmbito natural. Ficou evidente que o desequilíbrio ecológico gerado era um problema de todos, e não só do DPJ-DF.

O processo de arborização de uma cidade é um projeto institucional, mas a falta de comunicação entre dois espaços institucionais – a Universidade de Brasília e o DPJ-DF – desencadeou uma crise ambiental. Pesquisadores da UnB produziam material com rigor científico e suas investigações poderiam ter contribuído para tornar o processo de arborização mais eficiente. Porém, seus conhecimentos foram desprezados, mesmo nos anos posteriores à Crise das Árvores, como fica claro no anúncio, pelo DPJ-DF, de que haviam sido iniciados estudos sobre a região. Tal saber já existia e se encontrava disponível nas pesquisas desenvolvidas na Universidade de Brasília. Além do mais, a espécie escolhida pelo DPJ-DF para substituir as árvores acometidas pelo besouro era, também, exótica. Como sugere a professora Liene Eiten, não houve mudança profunda nos métodos utilizados, mesmo após 1976.

Uma cidade moderna nos trópicos, no centro de uma nação cujo subdesenvolvimento estava relacionado com o desequilíbrio populacional, o subemprego, a alta taxa de êxodo rural e tantos outros aspectos, Brasília seria um antídoto para o Brasil do passado, uma solução capaz de resolver até mesmo a alta taxa de inflação, pois aliviaria a péssima distribuição de renda, conectando as regiões desequilibradas do país. Almejava-se uma capital que em poucos anos após a sua inauguração seria autofinanciável. A cidade-capital que seria “uma flor naquela terra agreste e solitária”, “uma imagem do Brasil do futuro”, na expressão otimista e poética de seus criadores.⁷⁰ Neste sentido, Brasília não atendeu as altas expectativas, embora não tenha deixado de ser, no mínimo, um projeto original.

Por fim, é possível extrair da reflexão sobre o processo de arborização de Brasília que ele foi planejado a partir da lógica de fazer emergir uma cidade que romperia com o resto do Brasil, ideia impressa nos projetos urbano e arquitetônico de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. A própria natureza, contudo, rompeu com essa lógica, por meio de um episódio de desequilíbrio ecológico, imprevisto pela Novacap, que tensionou diferentes pontos nevrálgicos da capital recém-inaugurada e transformou o seu projeto de paisagem urbana. Diante disso, por que não

⁷⁰ SANTOS, Milton. Brasília, a nova capital brasileira. *Caravelle*, n. 3 - “Actes du colloque sur le problème des capitales en Amérique Latine”, p. 369-385, 1964, p. 370.

dizer que as agências da natureza revitalizaram as experiências dos habitantes da cidade-parque?

Referências

Fontes

Artigos em Periódicos

A grama e outras histórias. *Jornal de Brasília*, Brasília, 18 abr. 1973, Vida Rural.

Árvores: na ecologia do planalto está o desafio para a arborização da cidade. *Jornal de Brasília*, Brasília, 21 nov. 1976, Edição especial de domingo.

CAMPOS, Q. C. O problema da arborização. *Correio Braziliense*, Brasília, 14 ago. 1960, Carrossel de Brasília.

CAMPOS, Q. C. Terceira Tentativa. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 set. 1960, Carrossel de Brasília.

CAMPOS, Q. C. Uma aventura paisagística. *Correio Braziliense*, Brasília, 12 out. 1960, Carrossel de Brasília.

CIAM, Carta de Atenas (novembro/1933), Seção Cartas Patrimoniais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 24 ago. 2020.

CRUZ, Nonato. A técnica no cerrado: reflorestamento. *Jornal de Brasília*, Brasília, 04 fev. 1973, Ecologia.

CUNHA, Ari. *Correio Braziliense*. Brasília, 13 abr. 1961, Visto, lido e ouvido.

E Brasília pode ser um jardim. *Jornal de Brasília*, Brasília, 31 out. 1976, capa.

GDF troca as árvores atingidas por fungos. *Jornal de Brasília*, Brasília, 2 nov. 1976, Caderno cidade.

O desafio das árvores nas nossas ruas. *Jornal de Brasília*, Brasília, 2 nov. 1976, Edição especial de domingo.

Documentos Audiovisuais

Poeira & Batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília. Direção Tânia Fontenele e Tania Quaresma. Brasília: Tânia Fontenele, 2010. (59 min.).

Documentos Impressos

ALENCAR, Francisco Ozanan Correia Coelho de. *Depoimento – Programa de História Oral*. (Transcrição). Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2004.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL (APDF). TAVARES, Joaquim da S. *Brasília Agrícola: sua história*. Brasília: [s. n.], 1995. Localização: n. de tomo: 2080, data: 18 mar. 1998.

COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA. Brasília: GDF, 1991.

CRULS, Luiz. *Relatório Cruls*. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central. Brasília: Senado Federal - Conselho Editorial, 2003.

MOURA, Hastimphilo de. *Cadernetas da Missão Cruls – 1892 – diário n.º 1*. Brasília: APDF, 2006.

Bibliografia

- ALAIMO, Stacy. Feminismos transcorpóreos e o espaço ético da natureza. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 909-934, maio-ago. 2017.
- ALENCAR, Francisco O. C. De et al. *Arborização Urbana do Distrito Federal: história e espécies do cerrado*. Brasília: Novacap, 2012.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- CIDADE, Lucy C. F. Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas socioespaciais. In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luiz A. de C. *Brasília: controvérsias ambientais*: Brasília: Ed. UnB, 2003.
- COSTA, Cléria B. Nos jardins da memória: Brasília nos anos 1690 e 1970. In: COSTA, Cléria B.; BARROSO, Eloísa P. (Orgs.). *Brasília: diferentes olhares sobre a cidade*. Brasília: Ed. UnB, 2015.
- DUARTE, Regina Horta. À sombra dos ficus: cidade e natureza em Belo Horizonte. *Ambiente & Sociedade*, v. X, n. 2, p. 25-44, p. 25-44, jul.-dez. 2007.
- DUTRA E SILVA, Sandro; MOURA, Talliton T. R. de; CAMPOS, Francisco I. A Fronteira do gado e a história do oeste brasileiro: coronelismo, violência e dominação fundiária em Goiás. In: FRANCO, José Luiz de A. et al. *História Ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- FICHER, S. et al. Brasília, uma história de planejamento. *Anais do [...] 10.º Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte: ANPUR, 2003. Vol. 1.
- GALLINI, Stefania. La naturaleza cultural de la historia ambiental y su rematerialización. In: HERING, Max; PÉREZ, Amada C. (Eds.). *Historia cultural desde Colombia: categorías y debates*. Bogotá: Univ. Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas; Pontificia Univ. Javeriana; Univ. de los Andes, 2012.
- HALL, Peter. *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOLSTON, James. O espírito de Brasília: modernidade como experimento e risco. In: NOBRE, Ana Luiza et al. (Orgs.). *Um Modo de Ser Moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- HOLSTON, James *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- JUCÁ, Jane Monte. Princípios da Cidade-Parque: categoria urbana concebida no Plano Piloto de Brasília. *Minha Cidade*, São Paulo, Vitruvius, ano 10, n. 113.01, nov. 2017.
- LUSTOSA, Isabel. *O Nascimento da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- MAHALINGAIAH, S. et al. Perimenarchal air pollution exposure and menstrual disorders. *Human Reproduction*, v. 33, 3.ª ed., p. 512-519, mar. 2018.
- MARTINS, Éder de S. et al. *Evolução Geomorfológica do Distrito Federal*. Planaltina, GO: Embrapa Cerrados, 2004.
- MEDEIROS, Eugênio M. F. de. *Estética do Apocalipse: (re)considerações acerca da (des) arborização urbana de Natal e seu contributo à saúde pública*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- NOWAK, David J.; DWYER, John F. Understanding the Benefits and Costs of Urban Forest Ecosystems. In: *Urban and Community Forestry in the Northeast*. New York: Springer, 2007.
- NZOATEGUI, Micaela; FEMENIAS, María Luisa. Problemáticas urbano-ambientales: un análisis desde el ecofeminismo. In: PULEO, Alicia H. (Org.). *Ecología y género en diálogo interdisciplinar*. Madrid: Plaza y Valdes, 2015.

- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.
- PAVIANI, Aldo. Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 11-13, p. 63-76, set.-out. 2003.
- ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- SANTOS, Milton. Brasília, a nova capital brasileira. *Caravelle*, n. 3 - "Actes du colloque sur le problème des capitales en Amérique Latine", p. 369-385, 1964.
- SEDREZ, Lise; DUARTE, H. Regina. El Muro y la hiedra: narrativas ambientales de un continente urbano. In: LEAL, Claudia; SOLURI, John; PÁDUA, José Augusto. *Un Pasado Vivo: dos siglos de historia ambiental latinoamericana*. Bogotá: FCE, Univ. de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, 2019.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

